

# COMO ANDA O RIO DE JANEIRO?

NOTA CONJUNTURAL • ABRIL DE 2013 • Nº 22



## PANORAMA GERAL

Nos últimos anos, o Estado do Rio de Janeiro (ERJ) tem sido o destino de diversos investimentos de grande porte. E as perspectivas são ainda mais promissoras. De acordo com o estudo da Firjan “Decisão Rio 2012-2014” o estado receberá investimentos recordes da ordem de R\$ 211,5 bilhões. Anualmente, a instituição tem revisto as projeções de investimento para cima.

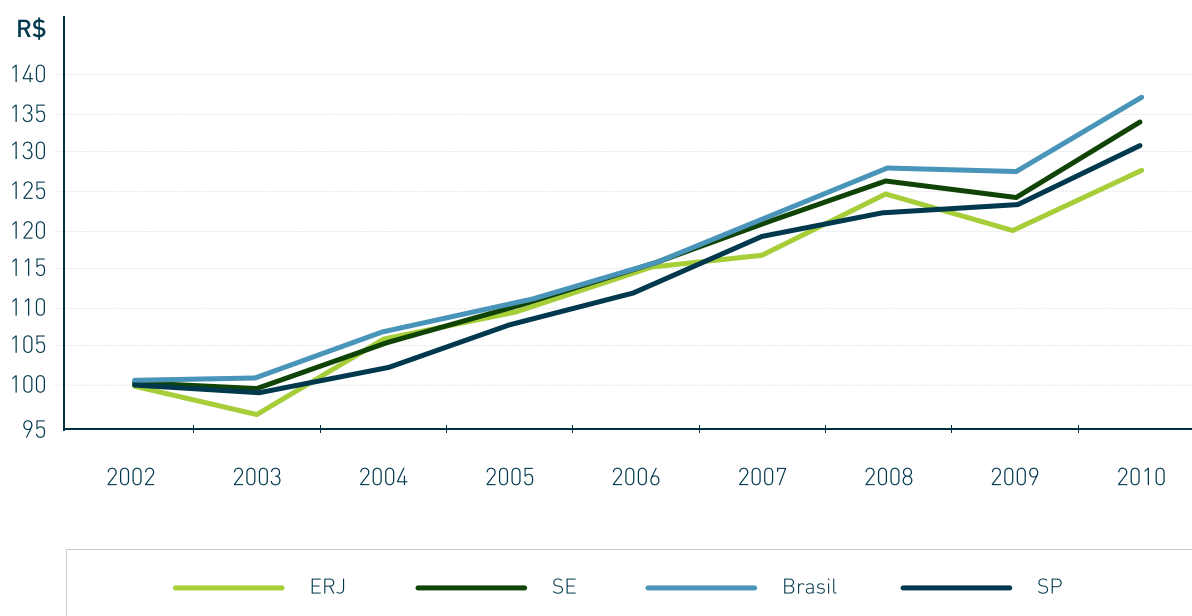
Diante dessa entrada de recursos, como anda o desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro? Estamos avançando nos indicadores socioeconômicos? O lançamento da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE) de 2011 representa uma oportunidade para fazer um balanço recente da situação do Estado comparando com a média Brasileira e com a do Sudeste, além de agregar informações a outras fontes como Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Antes de entrar nas dimensões do desenvolvimento – renda, pobreza, desigualdade, mercado de trabalho e educação – convém abordar a trajetória recente de crescimento do ERJ, que tem a segunda maior economia do Brasil. Conforme pode ser visto no Gráfico 1, após ter um desempenho igual ou melhor do que as economias brasileira e do Sudeste entre 2003 e 2006, o Rio de Janeiro voltou a perder posição, levando à diminuição da participação no PIB total e da região. Esse comportamento esteve associado ao desempenho da extrativa mineral que reduziu sua participação, que era em torno de 15% em 2006 para menos de 10% em 2009-2010.

Assim, a taxa de crescimento anual do PIB fluminense (3,1%) foi a menor do país na década passada. Além disso, o dinamismo econômico do Rio de Janeiro é fortemente dependente da indústria extrativa mineral, que é bastante volátil. Seguindo o movimento observado no setor petrolífero, enquanto em 2009 houve redução da atividade em termos reais, em 2010, a economia se recuperou e o PIB estadual correspondeu a aproximadamente R\$ 407 bilhões.

Dado esse cenário, é necessário investigar como avançamos nas outras condições socioeconômicas do Estado que nos apontam a capacidade de manter ritmos de crescimento e desenvolvimento sustentáveis.

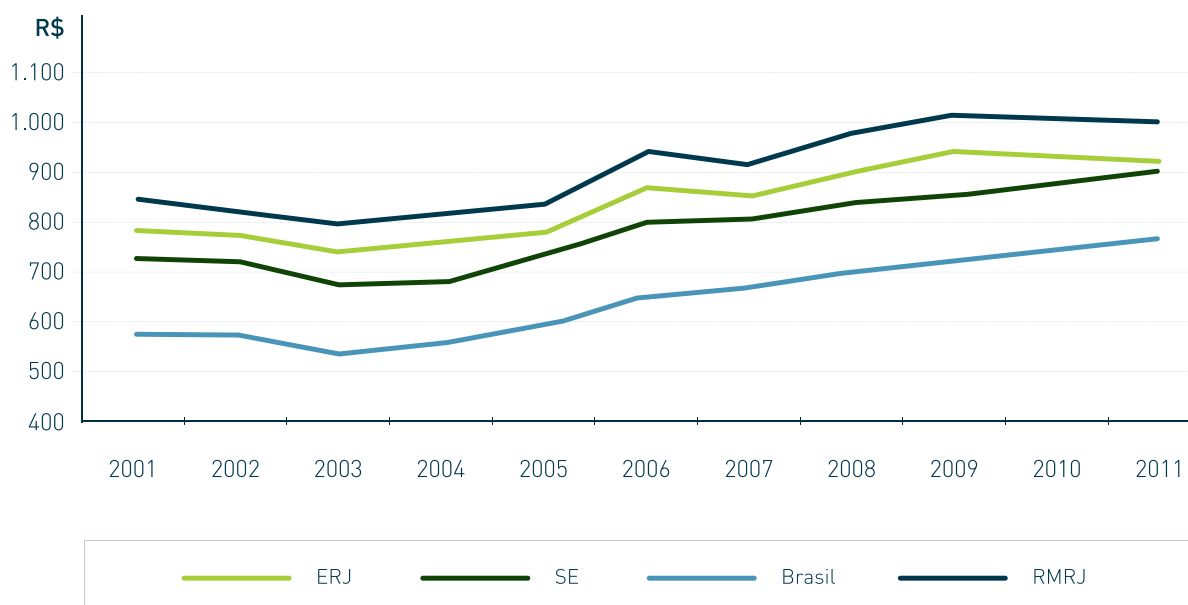
**GRÁFICO 1 | EVOLUÇÃO DO PIB (R\$ DE 2000)** FONTE: IETS com base nos dados das Contas Regionais do Brasil/IBGE



#### RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE

A renda domiciliar *per capita* do ERJ é a quarta maior do país (R\$ 921), atrás do Distrito Federal (R\$ 1573), Santa Catarina (R\$ 990) e São Paulo (R\$ 981). Entre 2009 e 2011, houve queda de 1,7% no estado e na RMRJ, a despeito do crescimento observado no Brasil e Sudeste. Se considerarmos a década de 2001-2011, a renda do ERJ cresceu menos do que a média brasileira e do sudeste (Gráfico 2). Destaca-se o crescimento da renda de Santa Catarina, que estava em 5º lugar nos anos 90, e atualmente só perde para o Distrito Federal.

**GRÁFICO 2 | EVOLUÇÃO DA RENDA DOMICILIAR PER CAPITA (R\$ DE 2011)** FONTE: IETS com base nos dados da PNAD/IBGE

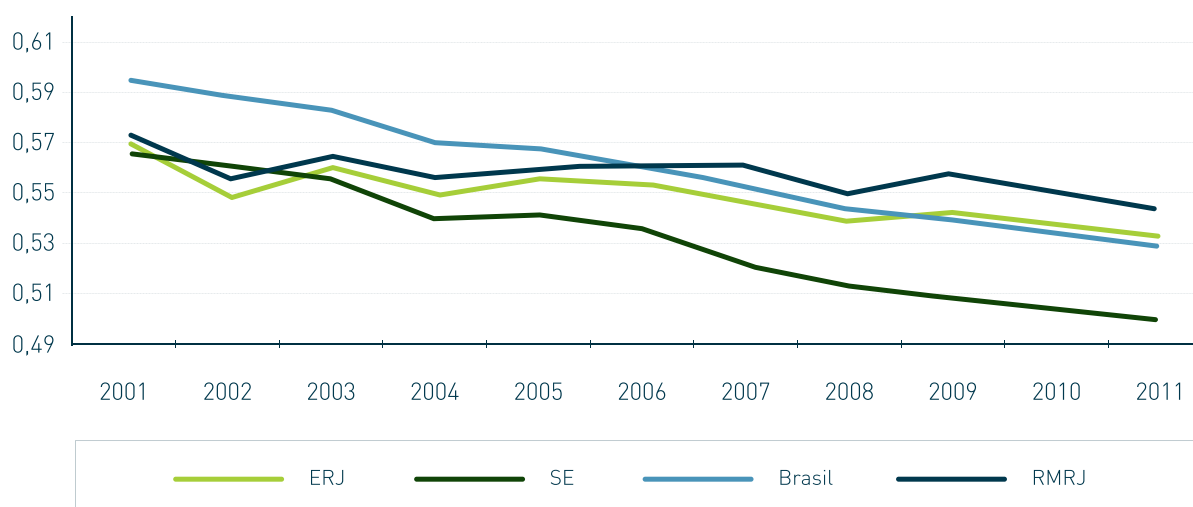


Se por um lado o desempenho da renda não tem sido satisfatório, o da desigualdade também não acompanha o ritmo de queda nacional ou do Sudeste. O ERJ tem o maior coeficiente de Gini entre as Unidades da Federação do Sudeste, Sul e Centro Oeste<sup>2</sup>. Além disso, o Gráfico 3 mostra que a desigualdade vem caindo mais lentamente no Rio de Janeiro do que no restante do país: em 2011, o Gini do estado, que era de 0,532, ultrapassou o do Brasil (0,527) e foi superior ao do Sudeste (0,50). A redução, mesmo que pequena, do coeficiente de Gini se deveu à queda da renda domiciliar per capita nos décimos finais (mais ricos) concomitantemente ao seu aumento nos iniciais (mais pobres)<sup>3</sup>.

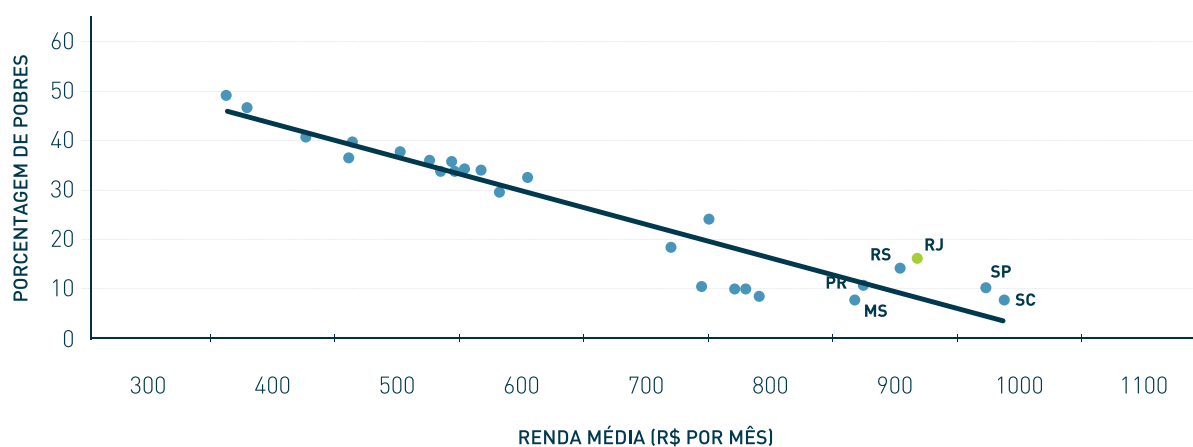
1. Como a PNAD não foi a campo em 2010, em todos os gráficos com base nas informações desta pesquisa, as retas são contínuas entre 2009 e 2011.

2. Exceto o Distrito Federal, que possui o mais alto coeficiente de Gini do país.

3. Para construir os décimos, ordena-se toda a população pela renda, que então é dividida em dez partes iguais. Os primeiros décimos são as parcelas mais pobres da população, enquanto os últimos correspondem às mais ricas. A análise da evolução da renda por décimos da população permite acompanhar o desempenho desse indicador em diferentes extratos sociais.

**GRÁFICO 3 | EVOLUÇÃO DO COEFICIENTE DE GINI** FONTE: IETS com base nos dados da PNAD/IBGE

Diante do decréscimo da renda e da queda menos expressiva da desigualdade entre 2009 e 2011, os avanços na redução da pobreza foram menores no Rio de Janeiro do que no restante do país e na região Sudeste. Como pode ser observado no Gráfico 4, o estado possui um nível de pobreza ainda elevado para seu patamar de renda. Com um patamar de renda próximo, estados como o Mato Grosso do Sul tem a metade do percentual de pobres do Estado do Rio de Janeiro.

**GRÁFICO 4 | RELAÇÃO ENTRE POBREZA E RENDA MÉDIA NOS ESTADOS BRASILEIROS – 2011**

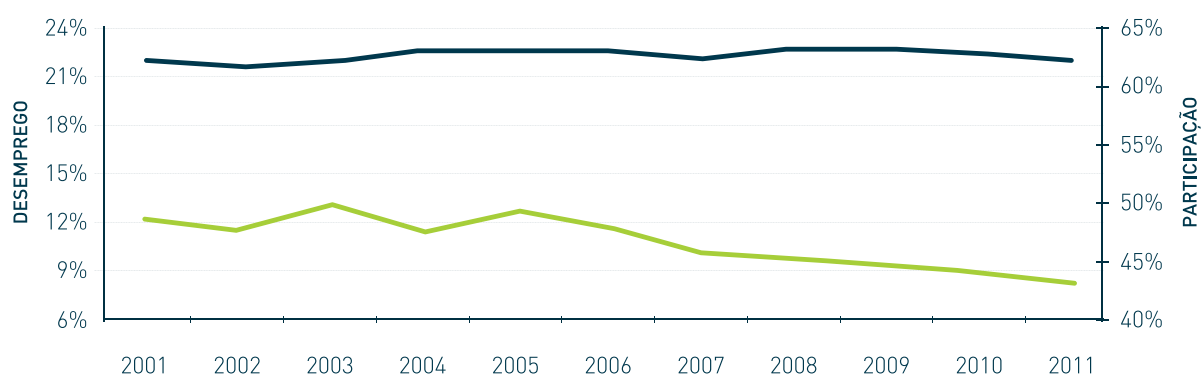
Esses indicadores mostram fragilidades no modelo de desenvolvimento do Estado que podem limitar sua capacidade de manutenção de um ritmo sustentável de crescimento nos próximos anos. O comportamento das condições de renda está relacionado ao desempenho do mercado de trabalho, como veremos na seção a seguir.

## MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho fluminense se caracteriza pela baixa taxa de participação e pelo alto desemprego em relação ao Sudeste e ao Brasil. Assim, estados cujo nível de renda é próximo ao do Rio de Janeiro, como Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, apresentam maiores taxas de atividade e menor desemprego.

Como pode ser visto no Gráfico 5, o desemprego está caindo de forma consistente desde 2005 no Rio de Janeiro.<sup>4</sup> Entretanto, entre 2009 e 2011, foi observada uma queda de 10% no ERJ, cerca de metade da aferida na região Sudeste (-21%) e no Brasil (-19%). Concomitantemente, a taxa de participação fluminense se manteve relativamente estável, sugerindo uma trajetória de criação de postos de trabalho no estado.

**GRÁFICO 5 | TAXA DE DESEMPREGO E PARTICIPAÇÃO** FONTE: IETS com base nos dados da PNAD/IBGE

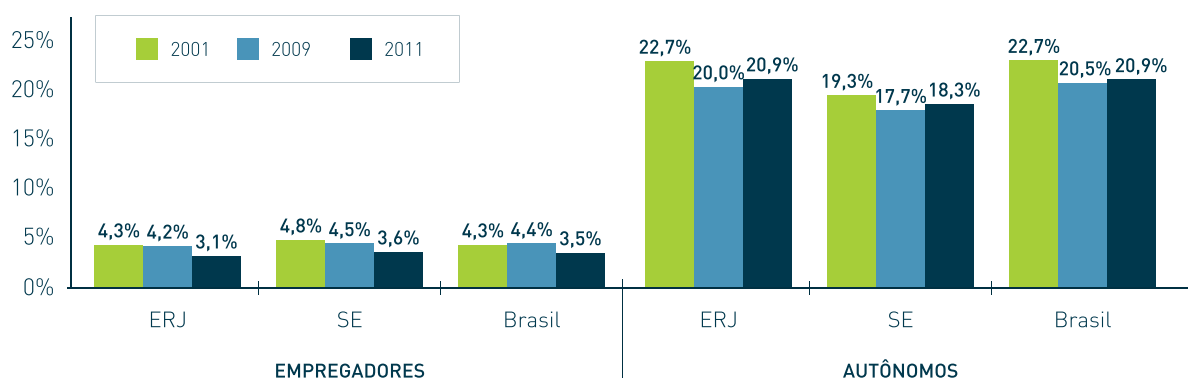


Considerando o emprego formal, houve crescimento entre 2009 e 2011, seguindo a trajetória nacional que iniciou-se em 2004. A porcentagem de empregados com carteira assinada no Rio de Janeiro (49%) é inferior a de São Paulo (57%) e a de Santa Catarina (52%). Como contrapartida, a participação do emprego sem carteira diminuiu no ERJ, no Sudeste e no Brasil.

4. A taxa de desemprego na RMRJ aferida pela Pesquisa Mensal do Emprego (PME/IBGE) em 2011 foi de 5,2% e tem mantido a tendência de queda iniciada em 2006. Assim, em abril de 2013, chegou a 4,2%, a segunda menor entre as seis maiores regiões metropolitanas, superior a Porto Alegre. É a menor taxa de desocupação de abril desde o início da série em março de 2002.

Apesar de o trabalho por conta própria também ter registrado queda na última década, houve crescimento do mesmo no período de 2009 e 2011 tanto no Brasil quanto na região Sudeste e no Rio de Janeiro, conforme pode ser visto no Gráfico 6.<sup>5</sup> Em contrapartida, a proporção de empregadores no total de ocupados diminuiu no período. Com relação ao número de empregadores, o Rio de Janeiro apresenta o menor percentual, de apenas 3,1%, entre os estados do Sul, Sudeste e Centro Oeste, abaixo inclusive da média brasileira (3,4%).

**GRÁFICO 6 | PERCENTUAL DE AUTÔNOMOS E EMPREGADORES** FONTE: IETS com base nos dados da PNAD/IBGE



Quando analisamos o número de empreendedores (dado pelo total de trabalhadores por conta própria e empregadores) que são empregadores, apenas 13% deles o são no Rio de Janeiro, indicando que o estímulo a empreender no estado é baixo em comparação com as Unidades da Federação do Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Em São Paulo, por exemplo, esse percentual equivale a 17%.

De acordo com os dados da PNAD/IBGE de 2011, apenas 15% dos trabalhadores por conta própria no Rio de Janeiro possuem CNPJ, contra 27% em São Paulo e 17% na média brasileira. O ERJ perdeu duas posições no ranking nacional nesse indicador, caindo da 11ª para a 13ª posição. Com efeito, em 2009 havia mais informalidade entre os autônomos em Minas Gerais e no Espírito Santo do que no Rio de Janeiro. Em 2011, esse cenário se inverteu.

5. De acordo com a PME/IBGE, a participação dos trabalhadores por conta-própria na ocupação total da RMRJ diminuiu ao longo do período de 2009 a 2012. Já o percentual de empregadores entre os ocupados após quedas consecutivas desde o início da pesquisa em 2002, registrou crescimento em 2012, chegando a 4,4% da ocupação total.

O Rio de Janeiro ocupa a mesma posição no ranking do percentual empregadores com até 10 empregados que tem registro no CNPJ, correspondendo a 61% no estado e no Brasil e a 64% em São Paulo. Quando considerado todo o universo de empregadores, 77% deles possui registro formal no Rio de Janeiro, porcentagem mais alta do que no Brasil (76%), mas ainda abaixo da verificada em São Paulo (85%).

No que se refere à renda média do trabalho, após um aumento que a levou ao nível paulista entre 2008 e 2009, a renda do trabalho fluminense ficou praticamente estagnada em 2011. Na última década, os rendimentos dos trabalhadores fluminenses cresceram 12% ao ano, ritmo inferior ao do Brasil, mas o dobro do observado em São Paulo.

A trajetória da renda e a qualidade da inserção do mercado de trabalho estão associadas ao nível educacional da população, aspecto abordado a seguir.

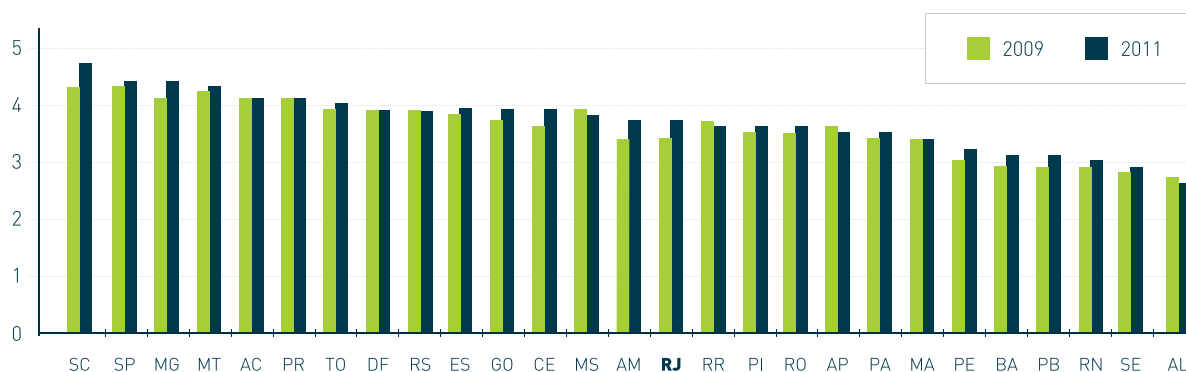
## EDUCAÇÃO

Em 2011, a taxa de analfabetismo e a escolaridade média dos adultos no Rio de Janeiro corresponderam respectivamente a 3,4% e 8,5 anos de estudo e só foram superadas por aquelas verificadas no Distrito Federal. No entanto, esses indicadores refletem o estoque educacional do estado. Para analisar os esforços atuais e capacidades futuras, é necessário voltar-se para a cobertura e qualidade do ensino fluminense.

Em 2011, o percentual de crianças de 7 a 14 anos que frequentavam a escola é um pouco mais baixo no Rio de Janeiro (96,9%) do que no Sudeste (98,1%) e no Brasil (97,4%). Entretanto, a melhora nesse indicador foi mais forte no Rio entre 2009 e 2011, de modo que a distância entre o estado e os demais recortes territoriais analisados diminuiu. Assim, ERJ apresentou avanços, ainda que insuficientes para compensar seu atraso em relação à média do Sudeste.

Da mesma forma, o IDEB – composto pela aprovação e média dos alunos em língua portuguesa e matemática na Prova Brasil – no Rio de Janeiro é inferior ao verificado nos outros estados da região Sudeste nos anos iniciais e finais do ensino fundamental (Gráfico 7). Contudo, entre 2009 e 2011, o IDEB fluminense cresceu acima da média do país e do Sudeste em ambos os ciclos. No 9º ano, o Rio de Janeiro apresentou o terceiro maior crescimento do índice no país.

**GRÁFICO 7 | IDEB – ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL** FONTE: IETS com base nos dados do INEP



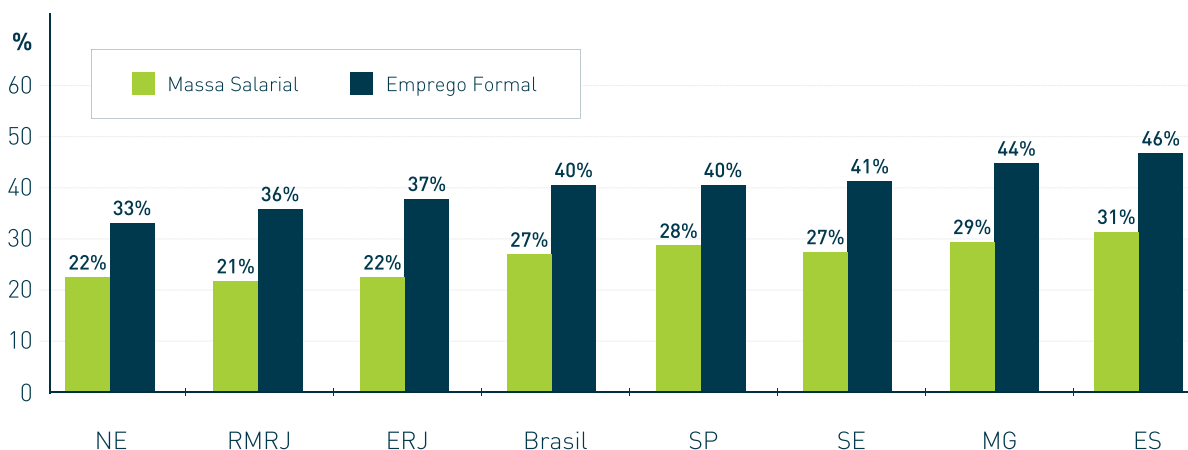
#### MPE<sup>6</sup>

A baixa participação das MPE no emprego formal no Rio de Janeiro explicita uma característica peculiar à economia fluminense: estrutura produtiva baseada em setores com presença maior de estabelecimentos de grande porte. Quando analisamos os empregos formais, 37% deles no ERJ são em MPE, percentual que se encontra entre os verificados no Nordeste (33%) e no Brasil (40%), ou seja, inferior aos observados nos estados do Sudeste e na média da região (41%). Entre os recortes territoriais analisados, o Rio de Janeiro (e sua região metropolitana) foi o único em que houve redução da participação das MPE no emprego formal entre 2009 e 2011.

A contribuição das MPE na massa salarial também é reduzida no Rio de Janeiro (22%), situando-se no nível nordestino e abaixo da média brasileira e do Sudeste, de 27% (Gráfico 8). A participação das MPE no emprego formal e na remuneração total na RMRJ é inferior à observada no estado.

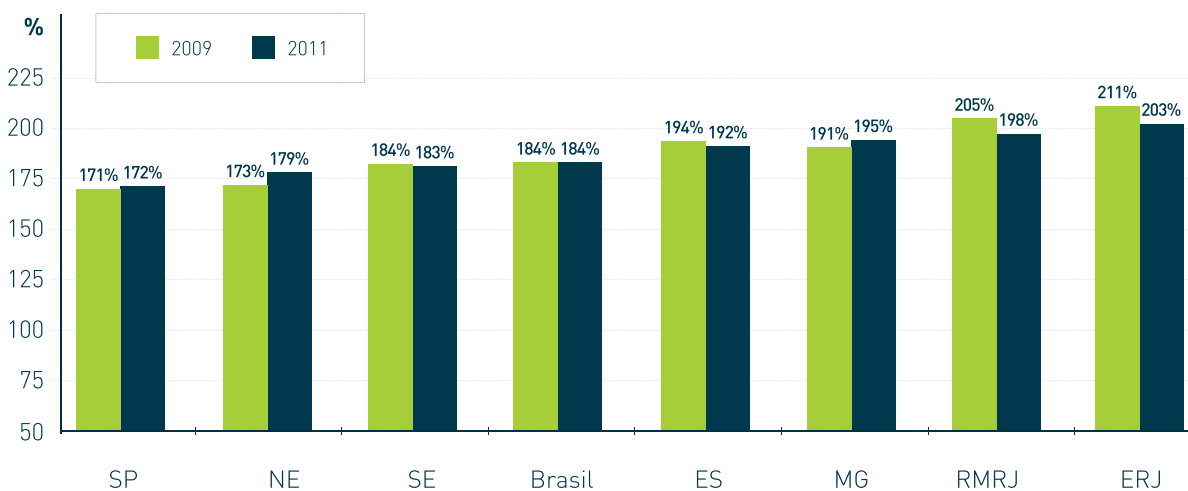
6. O porte ou tamanho de empresas foi definido pelo critério de classificação por número de funcionários, utilizada pelo Sistema SEBRAE. Assim, as micro e pequenas empresas (MPE) compreendem indústrias (de transformação e extrativa mineral) com até 99 funcionários e as empresas agropecuárias, empresas do comércio e empresas dos serviços com até 49 funcionários. Já as médias e grandes empresas (MGE) são indústrias com 100 ou mais funcionários e empresas agropecuárias, do comércio e do serviço com 50 ou mais funcionários.

**GRÁFICO 8 | PARTICIPAÇÃO DAS MPE NO EMPREGO FORMAL E NA MASSA SALARIAL**  
 – 2011 FONTE: IETS com base nos dados da RAIS/MTE



O salário médio nas médias e grandes empresas (MGE) é mais alto do que nas MPE: respectivamente R\$ 2713 e R\$ 1335 no Rio de Janeiro. O estado apresenta o sétimo maior diferencial salarial entre MGE e MPE no país, 20 p.p. acima do aferido no Sudeste e no Brasil. Contudo, o Gráfico 9 mostra que, entre 2009 e 2011, houve uma redução substancial do diferencial de salários entre MGE e MPE no Rio de Janeiro.

**GRÁFICO 9 | DIFERENCIAL DE SALÁRIOS ENTRE AS MPE E MGE FORMAIS** FONTE: IETS  
 com base nos dados da RAIS/MTE



## EM RESUMO

O balanço da última década mostra que o Rio de Janeiro avançou em praticamente todas as dimensões analisadas: renda, pobreza, desigualdade, mercado de trabalho e educação. No entanto, apesar do volume de recursos investidos em diversos setores no estado, o crescimento econômico do Rio de Janeiro segue reduzido e os avanços em termos de pobreza e desigualdade foram mais tímidos do que os estados vizinhos. O Rio de Janeiro tem o maior Gini entre os estados do Sudeste e Sul e a desigualdade reduziu menos do que os estados do Sudeste no último ano disponível e na última década. A renda domiciliar per capita por sua vez cresceu menos do que a média brasileira e do Sudeste. Esses dois movimentos combinados levaram a avanços menores na redução da pobreza.

Parte substancial dos desafios parece relacionada ao mercado de trabalho. Mesmo com uma baixa participação no mercado de trabalho, a taxa de desemprego no Rio de Janeiro é a maior do Sul-Sudeste, apesar da queda acentuada desde 2005. A baixa taxa de ocupação é outra característica marcante, chegando a ser inferior à média brasileira. Tal característica se manteve mesmo com o processo de formalização dos postos de trabalho que foi compensado pela redução do emprego informal. Entre 2009 e 2011, houve crescimento do trabalho por conta própria e diminuição da proporção de empregadores. O Rio de Janeiro segue com elevada informalidade dos empreendedores e baixa taxa de sucesso dos empreendedores.

A estrutura produtiva do estado distingue-se pela alta participação de médias e grandes empresas entre os empreendimentos formais, com maiores salários e capacidade de geração de empregos. Embora a participação das MPE no número total de estabelecimentos seja parecida no Estado do Rio e no resto do Brasil e no Sudeste (em torno de 98%), a sua contribuição para o total de empregos e para a massa salarial no Rio de Janeiro é mais baixa. Entretanto, o elevado diferencial salarial entre MPE e MGE caiu de 2009 a 2011, indicando uma melhora relativa para os trabalhadores nas MPE.

Enfim, o Rio de Janeiro avançou nessa última década, porém menos do que os vizinhos do Sudeste e muitas vezes menos do que a média brasileira. Assim, preservamos uma posição intermediária entre os Estados do Sudeste e do Nordeste, algumas vezes mais próximo destes, conforme revela o quadro síntese ao final. Há características estruturais do nosso Estado que demandam uma atuação decisiva e eficaz de um conjunto de atores relevantes para produzir um padrão de desenvolvimento mais justo e sustentável no médio e longo prazo.

## E MAIS...

- De acordo com IBGE, em 2011, a densidade demográfica do Estado do Rio de Janeiro é de 365,23 pessoas por km<sup>2</sup>, a segunda mais alta do país, atrás apenas do DF, cuja extensão é diminuta.
- Segundo dados do Datasus, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes de homens de 15 a 29 anos no Rio de Janeiro diminuiu de 200 em 2001 para 150 em 2010, enquanto que em São Paulo passou de 170 para 50 nesse mesmo período.

## QUADRO SÍNTESE EM 2011 FONTE: PNAD/IBGE e RAIS/MTE

